

## Uma agenda de política fiscal para estados com economias mais sólidas \*

Erica Williams \*\*

Com as máximas legislaturas dos estados agora em sessão, os decisores políticos estão deliberando sobre a política fiscal que irá afetar profundamente as futuras oportunidades econômicas nas comunidades em todo o país. Os estados enfrentam uma escolha fundamental: eles podem fornecer os recursos requeridos para o investimento público em escolas, transporte, saúde, segurança das comunidades e outros elementos de base do crescimento econômico, ou descer pelo caminho das reduções fiscais e da poupança no investimento público. Em termos de precedentes, os estados têm muitas ferramentas à disposição para promover oportunidades econômicas.

Após a recessão que atingiu os estados em 2008, os recordes de arrecadação de receita caíram trazendo uma profunda e fatal redução de postos de trabalho na educação, na saúde e em outros serviços fundamentais<sup>1</sup> dos quais a população depende todos os dias. As re-

\* Esse artigo foi originalmente atualizado no dia 13 de abril de 2016 e publicado pelo *Center on Budget and Policy Priorities*. Foi incluído na presente edição do *International Journal of Public Budget* publicado pela ASIP estritamente para fins de divulgação. As opiniões expressas nessa publicação pertencem aos autores e não necessariamente refletem os pontos de vista dessas instituições ou dos países que representam.

\*\* Especialista em orçamento e imposto estatal.

<sup>1</sup> Elizabeth McNichol, "Out of Balance," Center on Budget and Policy Priorities, 18 de abril, 2012, <http://www.cbpp.org/cms/?fa=view&id=3747>. Quando os estados cortam serviços, eles finalizam contratos com empresas do setor privado e reduzem os gastos em bens do setor privado, levando a demissões ou baixos salários entre os trabalhadores do setor privado. Esses cortes também podem significar demissões de

ceitas dos estados, desde então, se recuperaram um pouco. Embora esse crescimento tenha sido lento e desigual, ele habilita os estados a recuperar o terreno perdido e satisfazerem as necessidades que surgirem, incluindo manter o ritmo de crescimento das vagas nas escolas do ensino fundamental e médio e nas universidades e institutos públicos — se assim o decidirem.

Este relatório fornece um roteiro para as políticas fiscais que podem ajudar a gerar empregos agora e preparar os estados no longo prazo para uma prosperidade amplamente compartilhada. Cada seção está relacionada com as análises do CBPP que descrevem as opções com mais detalhes. A mensagem central é que esses decisores políticos deveriam:

- Destinar investimentos públicos para promover a economia, agora e no futuro;
- Ajudar as famílias em situação de vulnerabilidade a satisfazerem as necessidades básicas e a participarem mais integralmente na economia, reduzindo a pobreza, o sofrimento e a desigualdade de renda;
- Evitar estratégias e dispositivos ineficientes, tais como onerosas reduções fiscais e limites artificiais de gastos, que podem debilitar a economia do estado;
- Melhorar o planejamento fiscal para proteger os serviços e os investimentos que promovem o crescimento econômico de longo prazo; e
- Arrecadar receita para fazer investimentos críticos quando for necessário.

---

professores, bombeiros, agentes da polícia e outros trabalhadores do setor público; os estados e as prefeituras eliminaram 308.000 postos de trabalho desde dezembro de 2007. Em troca, os trabalhadores dos setores privado e público enfrentam demissões ou recortes no pagamento, compram menos, o que reduz a atividade econômica ainda mais.

## 1. Fazer investimentos públicos orientados

Os estados podem estabelecer uma sólida base para o crescimento econômico e promover postos de trabalho que habilitem a população a fazer mais do que apenas sobreviver. Por exemplo, o investimento público em educação, transporte e proteção contra incêndio — serviços dos quais as empresas dependem com muita intensidade — pode gerar empregos no curto prazo e melhorar o crescimento econômico e a qualidade do emprego no longo prazo.<sup>2</sup>

Os recursos dos estados são limitados. Como os legisladores lutam com decisões difíceis sobre quanto investir em escolas e rodovias e se procurar novas oportunidades em áreas tais como educação precoce e capacitação profissional, deveriam ter em mente que os benefícios, em muitos casos, excedem os custos.

- **Reconstruir e fortalecer a educação.** A maioria dos estados presta menos apoio por estudante às escolas do ensino fundamental e médio do que antes da recessão e quase a metade dos estados presta menos apoio por estudante aos institutos superiores e às universidades públicas. Os estados deveriam reinvestir em educação, respaldando (e, se for possível, expandindo) esses investimentos na economia futura. Por exemplo, a pesquisa mostra que alguns tipos de educação e capacitação geram alta economia de recursos. A pré-escola de alta qualidade melhora não apenas o desempenho acadêmico das crianças, mas também a qualidade da mão de obra e dos empregos do estado ao longo do tempo; o maior rendimento por si só excede os custos em mais de cinco vezes, concluiu um estudo.<sup>3</sup> Do mesmo

<sup>2</sup> Timothy Bartik, “State Economic Development Policies: What Works?,” apresentado na 19th Annual State Fiscal Policy Conference, Center on Budget and Policy Priorities, Washington, D.C., 30 de novembro de 2011, <http://research.upjohn.org/presentations/27> Peter S. Fisher, “Corporate Taxes and State Economic Growth,” Iowa Fiscal Partnership, revisado em fevereiro de 2012, <http://www.iowafiscal.org/2011docs/110209-IFP-cortaxes.pdf>; Jeff Thompson, “Prioritizing Approaches to Economic Development in New England: Skills, Infrastructure, and Tax Incentives,” Political Economy Research Institute, U. of Mass., 2010, [http://www.peri.umass.edu/fileadmin/pdf/published\\_study/priorities\\_August9\\_PERI.pdf](http://www.peri.umass.edu/fileadmin/pdf/published_study/priorities_August9_PERI.pdf); e Robert G. Lynch, “Robert G. Lynch, “Rethinking Growth Strategies: How State and Local Taxes and Services Affect Economic Development,” Economic Policy Institute, 2004, [http://epi.3cdn.net/f82246f98a3e3421fd\\_o4m6iiklp.pdf](http://epi.3cdn.net/f82246f98a3e3421fd_o4m6iiklp.pdf).

<sup>3</sup> Timothy Bartik, “From Preschool to Prosperity: The Economic Payoff to Early Child-

modo, está comprovado que a capacitação profissional personalizada focada nas técnicas básicas procuradas pelos empregadores locais produz resultados substanciais.<sup>4</sup>

- **Restaurar a infraestrutura.** Reverter o sério declínio no investimento do estado em transporte, obras públicas, tratamento de água e outras formas de infraestrutura vital é fundamental para gerar postos de trabalho e promover a total recuperação econômica — e essa é uma época especialmente boa para fazer isso, devido às baixas taxas de juro atuais. As condições das rodovias, das pontes, das escolas e de outros ativos físicos influencia enormemente a capacidade da economia para funcionar e crescer. O comércio necessita de rodovias, ferrovias, aeroportos e portos bem conservados, assim esses fabricantes podem obter matérias-primas e peças e entregar produtos acabados aos consumidores. As comunidades em crescimento dependem do bom funcionamento dos sistemas de águas e esgotos. Além disso, escolas bem conservadas, sem aglomeração e riscos para a segurança, melhoram as oportunidades educacionais para os futuros trabalhadores.
- **Apoiar os empreendedores.** Os estados deveriam destinar seus recursos de desenvolvimento econômico para onde se originará a maioria dos futuros postos de trabalho. Isso significa produzir mais empreendedores locais e ajudar as startups e as empresas jovens e em rápido crescimento já sediadas no estado a sobreviverem e crescerem — não recortar impostos e tentar atrair empresas de outros estados. A vasta maioria dos postos de trabalho é gerada por empresas que começam ou que já estão presentes no estado, conclui a nossa análise — não por empresas de fora do estado que se deslocam ou que estabelecem uma sucursal no estado. É pouco provável que as políticas de desenvolvimento econômico que ignoram essas realidades

hood Education,” W.E. Upjohn Institute for Employment Research, 2014, [http://research.upjohn.org/cgi/viewcontent.cgi?article=1246&context=up\\_press](http://research.upjohn.org/cgi/viewcontent.cgi?article=1246&context=up_press).

<sup>4</sup> Bartik, 2011, e Timothy Bartik, “Bringing Jobs to People: How Federal Policy Can Target Job Creation for Economically Distressed Areas,” Brookings Institution, October 2010, [http://www.brookings.edu/~media/Files/rc/papers/2010/10\\_job\\_creation\\_bartik/10\\_job\\_creation\\_bartik.pdf](http://www.brookings.edu/~media/Files/rc/papers/2010/10_job_creation_bartik/10_job_creation_bartik.pdf).

prosperem. As profundas reduções da renda fiscal, por exemplo, fracassam na produção dos prometidos benefícios econômicos e retiram dinheiro da educação e de outros investimentos públicos essenciais para produzir a mão de obra talentosa e a qualidade de vida que os empreendedores requerem.

- **Tomar decisões de gastos mais cuidadosas.** Os estados podem liberar fundos para as prioridades acima revisando outras áreas de gasto que podem não estar satisfazendo as metas visadas. O que se economiza na busca de eficiência geralmente é algo modesto, mas algumas áreas são particularmente promissoras. Inúmeros estados, por exemplo, implementaram reformas na justiça penal que economizam dinheiro sem comprometer a segurança pública. Os estados também podem monitorar e avaliar melhor os subsídios para o desenvolvimento econômico, eliminando os que forem ineficientes. Mais amplamente, os estados deveriam supervisionar os bilhões de dólares que gastam todos os anos através do código fiscal na forma de créditos, deduções e isenções. A maior parte dos decisores políticos não examina regularmente esses “gastos fiscais” para a efetividade da maneira em que eles examinam anualmente as apropriações do orçamento. Também deveriam avaliar suas práticas de contratação, potencialmente economizando dinheiro pela redução da dependência dos consultores.

## 2. Ajudar as famílias em situação de vulnerabilidade a participarem da prosperidade

A prosperidade desigualmente compartilhada que promove a concentração das vantagens econômicas entre as famílias mais ricas limita a oportunidade para uma ampla maioria.<sup>5</sup> Milhões de famílias

<sup>5</sup> Veja Chad Stone *et al.*, A Guide to Statistics on Historical Trends in Income Inequality”, Center on Budget and Policy Priorities, atualizado no dia 26 de outubro de 2015, <http://www.cbpp.org/research/poverty-and-inequality/a-guide-to-statistics-on-historical-trends-in-income-inequality> e Elizabeth McNichol *et al.*, Pulling Apart: A State-by-State Analysis of Income Trends,” Center on Budget and Policy Priorities and Economic Policy Institute, 15 de novembro de 2012, <http://www.cbpp.org/research/poverty-and-inequality/pulling-apart-a-state-by-state-analysis-of-income-trends>.

lutam para sobreviver porque seus empregos pagam muito pouco ou oferecem horários inadequados, imprevisíveis e inflexíveis. Muitos outros lutam por causa de barreiras profissionais que são difíceis ou impossíveis de superar, como a incapacidade ou antecedentes criminais.

Isso atrasa as economias dos estados, agora e no futuro. Não apenas debilita o poder de compra das famílias de classe média e pobre, que gastam tudo ou a maior parte do que ganham, mas deixa a extrema desigualdade de renda sem solução e a falta de mobilidade econômica torna o crescimento econômico menos sustentável.<sup>6</sup> A oportunidade limitada afeta particularmente as crianças. As crianças de famílias pobres não apenas têm um desempenho pior na escola que suas contrapartes mais favorecidas, como também provavelmente aprendam menos quando adultos.<sup>7</sup> O detrimento dos salários e os outros efeitos colaterais da pobreza na infância geram um impedimento substancial na economia no longo prazo.<sup>8</sup>

Os decisores políticos do estado deveriam redobrar os esforços para ajudar famílias em situação de vulnerabilidade e evitar cortar os apoios que aliviam o sofrimento. Também deveriam reformar as políticas em áreas tais como imigração e justiça penal, que acarretam custos econômicos desnecessários, com a meta de ajudar a população a participar mais integralmente na economia.

- **Promover os salários das famílias de trabalhadores.** Vinte e seis estados e o Distrito de Columbia habilitaram Crédito Fiscal sobre

<sup>6</sup> Veja, por exemplo, Andrew G. Berg e Jonathan D. Ostry, "Equality and Efficiency," *Finance & Development*, Vol. 48, Nº. 3, Setembro de 2011, <http://www.imf.org/external/pubs/ft/fandd/2011/09/pdf/berg.pdf> e Jonathan D. Ostry, Andrew Berg, e Charalambos G. Tsangarides, "Redistribution, Inequality, and Growth," *Fundo Monetário Internacional*, fevereiro de 2014, <http://www.imf.org/external/pubs/ft/sdn/2014/sdn1402.pdf>.

<sup>7</sup> Greg J. Duncan e Katherine Magnuson, "The Long Reach of Early Childhood Poverty," *Pathways*, Winter 2011, [http://www.stanford.edu/group/scspi/\\_media/pdf/pathways/winter\\_2011/PathwaysWinter11\\_Duncan.pdf](http://www.stanford.edu/group/scspi/_media/pdf/pathways/winter_2011/PathwaysWinter11_Duncan.pdf). As perdas de postos de trabalho durante a recessão exacerbou a pobreza e o sofrimento das crianças, o que significa custos ainda maiores no futuro para os indivíduos, as famílias e as economias dos estados.

<sup>8</sup> Harry Holzer *et al.*, "The Economic Costs of Poverty in the United States: Subsequent Effects of Children Growing Up Poor," *Center for American Progress*, 2007, [http://cdn.americanprogress.org/wp-content/uploads/issues/2007/01/pdf/poverty\\_report.pdf](http://cdn.americanprogress.org/wp-content/uploads/issues/2007/01/pdf/poverty_report.pdf).

Renda Salarial (EITC, na sigla em inglês) no nível de estado para ajudar as famílias de trabalhadores que ganham baixos salários a satisfazerem as necessidades básicas. Os EITCs do estado, baseados no sucesso do EITC federal, mantêm os pais trabalhando no emprego e as famílias e as crianças fora da pobreza. Esse importante apoio do estado também estende o bem documentado EITC federal, os efeitos positivos no longo prazo sobre as crianças, promovendo as perspectivas econômicas futuras da nação. Os estados também podem ajudar a promover a estabilidade econômica da família aumentando seu salário mínimo. De fato, os aumentos dos EITCs do estado e dos salários mínimos funcionam melhor juntos; não é uma questão de escolher um ou outro.

- **Proteger e administrar melhor os apoios para os mais necessitados, especialmente as crianças.** As famílias recorrem à assistência pública quando não ganham o suficiente para sobreviver, quando estão desempregadas, quando necessitam atendimento para um filho doente ou quando enfrentam uma crise tal como escapar de uma relação abusiva. Muitos também enfrentam sérios problemas de saúde mental ou física. Os estados deveriam manter assistência em dinheiro e outros apoios como subsídios de creche e transporte, financiados por verba federal e estadual, para ajudar essas famílias a satisfazerem suas necessidades básicas, além de encontrar e manter postos de trabalho. Também existem amplas oportunidades para fortalecer outros apoios para famílias de baixa renda que requerem pouco ou nenhum financiamento adicional do estado. Por exemplo, as iniciativas para promover a participação em SNAP — um programa que tirou 10 milhões de pessoas da pobreza — implica pouco custo para o estado pois os benefícios do SNAP são totalmente financiados federalmente. Os distritos escolares podem fornecer merenda escolar grátis para as crianças de mais baixa renda através da Disposição de Elegibilidade Comunitária federal. As agências do estado podem agilizar o acesso a esses e outros subsídios fundamentais da rede de segurança, como Medicaid, assim essas crianças e famílias estão conectadas a todos os programas para os quais são elegíveis em processos duplicados de aplicação. E os estados podem adotar e aplicar leis antidiscriminação para proteger as famílias com cupons para abrigos e ajudá-las a se mudarem para bairros com oportunidades mais elevadas.

- **Ajudar os habitantes que lutam para sobreviver — e o estado — expandindo Medicaid.** A reforma da saúde proporciona aos estados a opção de ampliar a cobertura de Medicaid à população com renda de até 138 por cento da linha de pobreza. Isso reduz as fileiras das famílias sem seguro, protege as famílias contra abalos financeiros relacionados com a saúde e mantém a população mais saudável e apta para o trabalho. Também traz fundos federais substanciais para o estado, já que o governo federal vai pagar o custo total da expansão durante 2016 e aproximadamente todos os custos após este ano. Para os estados que têm estado usando seus próprios fundos para fornecer cobertura e serviços de saúde para a população ineligível para o Medicaid, essa opção deveria ser particularmente atrativa porque os habilita a usar dinheiro federal para ajudar a cobrir os custos existentes, liberando os fundos do estado para outras prioridades.
- **Reformar as políticas de justiça penal.** As reformas políticas do estado podem produzir significativa economia e habilitar os membros marginalizados da sociedade a participar mais integralmente na economia. Por exemplo, alguns estados escolheram o tratamento efetivo da adição em vez do encarceramento para as pessoas condenadas por crimes relacionados ao consumo de drogas. O uso de outras sanções em vez de tempo em prisão para uma população que transgredir as condições técnicas de sua liberdade condicional, como perder uma reunião com seu oficial de condicional. Essas reformas economizaram milhões de dólares para os estados sem colocar em perigo a segurança pública. Também reduziram a reincidência e proporcionaram a muitas pessoas uma melhor chance de se tornarem membros produtivos da sociedade.
- **Incluir os imigrantes ilegais na economia formal.** Os estados podem evitar os desnecessários custos sociais, econômicos e financeiros de deter imigrantes ilegais deixando a aplicação das leis de imigração para as agências federais. Em vez disso, os decisores políticos do estado podem adotar abordagens mais inclusivas que levam os imigrantes ilegais para a economia formal, estabelecendo uma mão de obra mais educada e produtiva e permitindo que os imigrantes contribuam ao máximo. Por exemplo, os estados podem fortalecer a aplicação das leis trabalhistas para asse-

gurar que todos os trabalhadores, incluindo imigrantes ilegais, recebam o salário que lhes corresponde legalmente.

### 3. Evitar estratégias e dispositivos ineficientes

Vários estados promulgaram ou consideraram profundas reduções do imposto de renda que proporcionam maiores benefícios para as corporações grandes e rentáveis e para a população de alta renda. Outros ponderaram restrições orçamentais que poderiam limitar severamente os investimentos do estado. Tais propostas não apenas fracassaram na produção dos prometidos benefícios econômicos, mas também desperdiçaram a receita que os estados poderiam de outra maneira usar para construir uma sólida base para o futuro crescimento econômico, investindo em escolas e em infraestrutura de alta qualidade e similares.<sup>9</sup> Também torna mais complexo para os estados economizarem para as épocas difíceis ou responderem a novas circunstâncias.

- **Evitar onerosas reduções do imposto de renda.** Alguns decisores políticos propuseram mudanças fiscais extremas, tais como substituir o imposto de renda estadual por um imposto sobre as vendas mais alto e mais amplo. Isso aumentaria bruscamente os impostos para as famílias de renda baixa e média e ameaçaria a capacidade do estado de manter muitos dos serviços necessários para uma economia sólida. Outras propostas eliminariam ou recortariam profundamente o imposto de renda da pessoa física e jurídica sem substituir a receita perdida, forçando drásticos recortes em serviços como escolas, transporte e segurança pública. Muitos estados promulgaram reduções menos extremas, mas mesmo assim profundas, do imposto de renda, que beneficiam os

<sup>9</sup> Michael Mazerov, "Academic Research Lacks Consensus on the Impact of State Tax Cuts on Economic Growth," Center on Budget and Policy Priorities, 17 de junho de 2013, <http://www.cbpp.org/cms/index.cfm?fa=view&id=3975>; Erica Williams e Nicholas Johnson, "ALEC Tax and Budget Proposals Would Slash Public Services and Jeopardize Economic Growth," Center on Budget and Policy Priorities, 12 de fevereiro de 2013, <http://www.cbpp.org/cms/index.cfm?fa=view&id=3901>; Peter Fisher, Greg Leroy, e Phillip Mattered, "Selling Snake Oil to the States," Good Jobs First and Iowa Policy Project, novembro de 2012, <http://www.iowafiscal.org/2012docs/121128-sna-keoiltothestates.pdf>.

indivíduos no topo e as empresas lucrativas, mas faz pouco ou nada pelas famílias de baixa e média renda e prejudicam a capacidade dos estados de investir de forma mais efetiva.

- **Evitar onerosas reduções da tributação das empresas.** Geralmente, as grandes isenções impositivas das empresas fazem pouco, se fizerem algo, para incentivar o crescimento econômico. A maioria é, no mínimo, um jogo de soma zero: se um estado recorta um imposto, geralmente tem que fazer um recorte compensatório em um programa ou serviço para manter seu orçamento equilibrado; o corte dos gastos provavelmente vai reduzir a demanda no estado tanto quanto o recorte fiscal pode estimular a demanda. Os créditos fiscais do estado para filmes são um exemplo. As empresas cinematográficas recebem generosos benefícios fiscais em muitos estados para criar postos de trabalho temporários e de meio período que poderiam ser gerados de qualquer maneira, enquanto a população que depende de outras formas de gasto do estado recebe o golpe.
- **Rejeitar os limites artificiais de gastos.** As fórmulas estritas e arbitrárias para limitar receitas e gastos, como a “Declaração de Direitos dos Contribuintes” do Colorado ou TABOR, de acordo com sua sigla em inglês, podem parecer muito atraentes, mas são dispositivos que paralisam a capacidade do estado para se adaptar às necessidades e demandas dos eleitores. Desde que o Colorado adotou a TABOR em 1992, todos os outros estados que consideraram a TABOR a rejeitaram porque requer massivas reduções em apoio a serviços vitais que os residentes querem e necessitam, tais como educação, saúde, segurança pública, transporte e proteção ambiental.
- **Rejeitar as restrições de maioria absoluta.** Requerer a maioria legislativa absoluta ou a aprovação dos eleitores para leis que arrecadam receita torna mais difícil para os estados protegerem os investimentos públicos durante as recessões. Os recortes resultantes podem custar postos de trabalho e debilitar uma recuperação econômica. Essas restrições geralmente também reduzem a capacidade do estado de revogar brechas fiscais onerosas e esbanjadoras. Elas também podem prejudicar a qualificação dos títulos do estado e causar um impasse

legislativo: porque uma minoria de legisladores pode bloquear uma medida fiscal, pode retê-la para promulgar caros projetos próprios, tornando mais difícil promulgar políticas que sirvam ao estado como um todo.

#### 4. Melhorar o planejamento fiscal

Quanto mais precisa e útil for a informação que os estados possuem, melhores decisões podem tomar sobre a atribuição dos recursos. Os decisores políticos podem planejar melhor o futuro estabelecendo um claro roteiro de orçamento, assegurando que as análises do impacto do orçamento sejam profissionais e críveis e instituindo mecanismos que acionam mudanças semestrais necessárias quando for preciso manter o estado em andamento.

- **Gerar melhores cálculos de custo.** Os decisores políticos necessitam de informação precisa sobre o custo do gasto - e das propostas relacionadas a impostos para tomarem decisões informadas. Quase todos os estados produzem algum tipo de cálculo de custo das propostas legislativas, geralmente chamado de “nota fiscal”, mas esses cálculos muitas vezes não se estendem além de um ou dois seguintes, não são revisados quando a legislação é reformada, ou são produzidos apenas para um restritivo conjunto de leis. Essa falta de informação pode fazer com que os decisores políticos promulguem propostas que causam sérios problemas fiscais.
- **Usar as melhores práticas no planejamento do orçamento.** Geralmente os estados colocam em risco algumas de suas prioridades mais importantes — educar as crianças, manter uma força de trabalho saudável e capacitada e cuidar dos idosos, por exemplo — por não usar métodos de orçamento aprovados que os ajudariam a planejar ainda mais para o futuro. Ter uma melhor visão das prováveis receitas e do custo de prestar serviços centrais ajudaria a assegurar que os estados tenham os recursos para investir em escolas e em outros elementos de base de crescimento econômico sólido e prosperidade generalizada. Planejar melhor também pode ajudar as empresas reduzindo suas incertezas sobre os futuros níveis de financiamento e taxas fiscais.

- **Fortalecer “fundos de emergência”.** A reserva de fundos para dias difíceis ajuda os estados a compensarem a queda da receita durante recessões econômicas e são cruciais para uma gestão fiscal prudente. Em épocas difíceis, os decisores políticos podem limitá-los para proteger os investimentos do estado que promovem o crescimento econômico e sustentam a demanda do estado de bens e postos de trabalho do setor privado. Os estados sem esses fundos deveriam criá-los; os estados com restrições arbitrárias ou onerosas sobre seu uso deveriam reformá-los.
- **Estabelecer a “repartição”.** Com uma melhor economia, muitos decisores políticos são tentados a cortar impostos de tal maneira que prejudicam a capacidade do seu estado para manter os investimentos públicos no longo prazo. Os estados também podem ser tentados a promulgar novos programas que não são sustentáveis sem nova receita significativa. Os estados podem se proteger contra essas possibilidades adotando o regime de repartição, “pay-as-you-go” ou PAYGO, como requerimento de que os decisores políticos compensem completamente durante o período de cinco anos o custo dos aumentos de gasto ou das reduções de receita propostas e promulgadas. O PAYGO ajuda os decisores políticos e o público a entenderem as consequências das decisões orçamentais e das reduções fiscais para poderem ponderar adequadamente o impacto das propostas competidoras no longo prazo.

### 5. Arrecadar a receita necessária para investimentos que incentivam a economia

As discussões públicas sobre o fortalecimento da economia muitas vezes se centram nas reduções fiscais, apesar da crescente evidência de que não geram muitos postos de trabalho nem promovem uma prosperidade mais ampla. Manter e melhorar as escolas, as redes de transporte e outros serviços públicos que demonstram gerar crescimento requer recursos, agora e no futuro. Os estados deveriam buscar novas receitas onde for necessário e modernizar seus sistemas de receita no longo prazo.

- **Buscar aumentos focados em impostos.** As receitas dos estados finalmente retornaram aos níveis anteriores à recessão, mas em muitos estados continuam sendo inadequadas. Os aumentos dos impostos sobre os indivíduos de alta renda e das corporações lucrativas (aquelas mais aptas para arcar com impostos mais altos e que têm menos probabilidades de gastar substancialmente menos como resultado) geralmente são preferíveis para cortes nos gastos. Isso é especialmente verdade quando os cortes em questão poderiam debilitar os alicerces de uma economia saudável — um sistema educativo de alta qualidade, acesso à educação e a redes de transporte modernas, por exemplo. Os decisores políticos podem arrecadar impostos de famílias de renda alta e corporações lucrativas mudando o imposto de renda estadual e reinstalando impostos sobre riqueza herdada. A evidência não apoia o argumento frequente de que esse tipo de aumento fiscal impulsiona a mudança de um grande número de pessoas ricas para outros estados.
- **Melhorar a arrecadação de impostos.** Os estados podem fazer um melhor trabalho de arrecadação fiscal com as leis vigentes, em vez de reduzir o apoio para os serviços. Por exemplo, a impossibilidade de os vendedores por catálogo ou por internet de arrecadar e enviar impostos sobre vendas estaduais e locais custa aos estados bilhões de dólares todos os anos. Da mesma forma, muitos estados não requerem que empresas de viagem online como Expedia, Orbitz e Priceline arrecadem e remetam o imposto correspondente sobre a reserva de quartos de hotel. Os estados também podem anular uma variedade de estratégias de sonegação fiscal usadas por grandes corporações multiestados adotando a “emissão de relatório combinada”, que trata a empresa matriz e suas subsidiárias como uma entidade para fins de imposto de renda estadual.
- **Modernizar o sistema de receita do estado.** Os sistemas fiscais antiquados, inadequados para a economia do século 21, dificultam a capacidade dos estados de restaurar o financiamento para as escolas, de restabelecer reservas de orçamento e de investir no futuro. Por exemplo, muitos estados impõem impostos principalmente sobre as vendas de bens tangíveis, embora os serviços — muitos dos quais não existiam quando os impostos

sobre as vendas foram promulgados pela primeira vez, tais como transmissão de vídeo — sejam uma crescente parte do consumo. Os estados podem parar a erosão de seus impostos sobre vendas e melhorar sua capacidade no longo prazo para investir nas prioridades do estado ampliando o imposto sobre vendas para incluir mais serviços.



**Notas**

[1] Elizabeth McNichol, "Out of Balance," Center on Budget and Policy Priorities, 18 de abril, 2012, <http://www.cbpp.org/cms/?fa=view&id=3747>. Quando os estados cortam serviços, eles finalizam contratos com empresas do setor privado e reduzem os gastos em bens do setor privado, levando a demissões ou baixos salários entre os trabalhadores do setor privado. Esses cortes também podem significar demissões de professores, bombeiros, agentes da polícia e outros trabalhadores do setor público; os estados e as prefeituras eliminaram 308.000 postos de trabalho desde dezembro de 2007. Em troca, os trabalhadores dos setores privado e público enfrentam demissões ou recortes no pagamento, compram menos, o que reduz a atividade econômica ainda mais.

[2] Timothy Bartik, "State Economic Development Policies: What Works?," apresentado na 19th Annual State Fiscal Policy Conference, Center on Budget and Policy Priorities, Washington, D.C., 30 de novembro de 2011, <http://research.upjohn.org/presentations/27> Peter S. Fisher, "Corporate Taxes and State Economic Growth," Iowa Fiscal Partnership, revisado em fevereiro de 2012, <http://www.iowafiscal.org/2011docs/110209-IFP-corptaxes.pdf>; Jeff Thompson, "Prioritizing Approaches to Economic Development in New England: Skills, Infrastructure, and Tax Incentives," Political Economy Research Institute, U. of Mass., 2010, [http://www.peri.umass.edu/fileadmin/pdf/published\\_study/priorities\\_August9\\_PERI.pdf](http://www.peri.umass.edu/fileadmin/pdf/published_study/priorities_August9_PERI.pdf); e Robert G. Lynch, "Robert G. Lynch, "Rethinking Growth Strategies: How State and Local Taxes and Services Affect Economic Development," Economic Policy Institute, 2004, [http://epi.3cdn.net/f82246f98a3e3421fd\\_o4m6iiklp.pdf](http://epi.3cdn.net/f82246f98a3e3421fd_o4m6iiklp.pdf).

[3] Timothy Bartik, "From Preschool to Prosperity: The Economic Payoff to Early Childhood Education," W.E. Upjohn Institute for Employment Research, 2014, [http://research.upjohn.org/cgi/viewcontent.cgi?article=1246&context=up\\_press](http://research.upjohn.org/cgi/viewcontent.cgi?article=1246&context=up_press).

[4] Bartik, 2011, e Timothy Bartik, "Bringing Jobs to People: How Federal Policy Can Target Job Creation for Economically Distressed Areas," Brookings Institution, October 2010, [http://www.brookings.edu/~media/Files/rc/papers/2010/10\\_job\\_creation\\_bartik/10\\_job\\_creation\\_bartik.pdf](http://www.brookings.edu/~media/Files/rc/papers/2010/10_job_creation_bartik/10_job_creation_bartik.pdf).

[5] Veja Chad Stone *et al.*, "A Guide to Statistics on Historical Trends in Income Inequality", Center on Budget and Policy Priorities, atualizado no dia 26 de outubro de 2015, <http://www.cbpp.org/research/poverty-and-inequality/a-guide-to-statistics-on-historical-trends-in-income-inequality> e Elizabeth McNichol *et al.*, "Pulling Apart: A State-by-State Analysis of Income Trends," Center on Budget and Policy Priorities and Economic Policy Institute, 15 de novembro de 2012, <http://www.cbpp.org/research/poverty-and-inequality/pulling-apart-a-state-by-state-analysis-of-income-trends>.

[6] Veja, por exemplo, Andrew G. Berg e Jonathan D. Ostry, "Equality and Efficiency," *Finance & Development*, Vol. 48, N.º 3, Setembro de 2011, <http://www.imf.org/external/pubs/ft/fandd/2011/09/pdf/berg.pdf> e Jonathan D. Ostry, Andrew Berg, e Charalambos G. Tsangarides, "Redistribution, Inequality, and Growth," *Fundo Monetário Internacional*, fevereiro de 2014, <http://www.imf.org/external/pubs/ft/sdn/2014/sdn1402.pdf>.

[7] Greg J. Duncan e Katherine Magnuson, "The Long Reach of Early Childhood Poverty," *Pathways*, Winter 2011, [http://www.stanford.edu/group/scspi/\\_media/pdf/pathways/winter\\_2011/PathwaysWinter11\\_Duncan.pdf](http://www.stanford.edu/group/scspi/_media/pdf/pathways/winter_2011/PathwaysWinter11_Duncan.pdf). As perdas de postos de trabalho durante a recessão exacerbou a pobreza e o sofrimento das crianças, o que significa custos ainda maiores no futuro para os indivíduos, as famílias e as economias dos estados.

[8] Harry Holzer *et al.*, "The Economic Costs of Poverty in the United States: Subse-

quent Effects of Children Growing Up Poor," Center for American Progress, 2007, [http://cdn.americanprogress.org/wp-content/uploads/issues/2007/01/pdf/poverty\\_report.pdf](http://cdn.americanprogress.org/wp-content/uploads/issues/2007/01/pdf/poverty_report.pdf).

[9] Michael Mazerov, "Academic Research Lacks Consensus on the Impact of State Tax Cuts on Economic Growth," Center on Budget and Policy Priorities, 17 de junho de 2013, <http://www.cbpp.org/cms/index.cfm?fa=view&id=3975>; Erica Williams e Nicholas Johnson, "ALEC Tax and Budget Proposals Would Slash Public Services and Jeopardize Economic Growth," Center on Budget and Policy Priorities, 12 de fevereiro de 2013, <http://www.cbpp.org/cms/index.cfm?fa=view&id=3901>; Peter Fisher, Greg Leroy, e Phillip Mattera, "Selling Snake Oil to the States," Good Jobs First and Iowa Policy Project, novembro de 2012, <http://www.iowafiscal.org/2012docs/121128-snakeoiltothstates.pdf>.